

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Setor elétrico quer que conta de luz venha com valores discriminados	2
Título: Porto idealizado por Eike Batista tenta ganhar gás com mudança de perfil	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Falta de linhas vai limitar geração de Belo Monte	5
Título: Distribuidoras melhoram desempenho	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Máfia dos combustíveis está de volta	8

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Setor elétrico quer que conta de luz venha com valores discriminados

Distribuidoras de energia querem antecipar para janeiro de 2018 a mudança nas contas de luz para que tragam a informação de qual é o custo da energia e quanto foi pago pela infraestrutura para levá-la ao ponto de consumo.

A explicitação está prevista na proposta do novo marco regulatório do sistema elétrico, mas só em 2022.

Cerca de 15% do valor das tarifas são a remuneração das distribuidoras, afirma Nelson Leite, presidente da Abradee (associação do setor).

Com a alteração, se passaria a cobrar de quem gera a própria energia, mas também usa a rede da distribuidora, hoje sem pagar.

"O ideal é que se implemente isso já, para que as condições sob as quais uma pessoa investe em placa solar não se altere depois."

Para a maior parte dos clientes, essa tarifa, chamada de binômia, "só deixa claro o que é geração, transporte e encargos", diz Sidney Simonaggio, vice-presidente de assuntos regulatórios da AES.

A Abradee também propõe "otimizar" regras de governança para a Aneel. A ideia é que ela já passe a atender padrões que estão em uma proposta para todas as agências.

As sugestões ao marco regulatório foram enviadas na quinta (17), último dia em que a consulta pública esteve aberta a contribuições.

Nas próximas semanas, técnicos do Ministério de Minas e Energia analisarão as ideias recebidas no processo.

O plano é enviar uma medida provisória ao Congresso em setembro, por receio de que o recesso atrapalhe a adoção das novas regras.

"Há leilões para 2021 e 2023. As distribuidoras podem estar subcontratadas em 2022 -é uma estimativa de 0,5%, mas já sinaliza que há necessidade de outra rodada para aquele ano"

Nelson Leite, presidente da Abradee

-

Desejos de distribuidoras

Propostas para o marco regulatório

Rever prazos de depreciação de ativos

Baixa contábil deveria acontecer em menos tempo

Mudar regras de governança da Aneel

Agência poderia antecipar lei que serviria para demais

Tarifa com valor explicitado

Conta de luz trará custo de energia, imposto e distribuição

Vara para o setor

Avaliar com o Judiciário se pode haver uma especializada

*

Lenha no forno

Os controladores da Usiminas, a italiana Ternium e a japonesa Nippon Steel, ainda estão na disputa iniciada há quase três anos, mas a empresa procura recompor seu parque produtivo e buscar novos clientes.

A companhia deverá contratar 400 temporários para religar um alto-forno em Ipatinga (MG) e 120 funcionários para operá-lo.

Na divisão de mineração, outras 400 pessoas começaram a trabalhar, diz o presidente Sérgio Leite.

"No primeiro semestre, nós investimos R\$ 57 milhões. Até o fim deste ano, devem ser mais R\$ 200 milhões. No alto-forno, serão R\$ 25 milhões. O resto são dezenas de projetos."

Parte desses valores vai para o desenvolvimento de produtos para possíveis novos compradores —como aço para torres de energia eólica e estruturas para painéis solares.

A Usiminas firmou um contrato para fornecer peças para uma usina de energia solar na cidade de Guaimbê, no interior de São Paulo. Deverão ser vendidos cerca de 7.500 toneladas de materiais de aço.

No segundo trimestre, a empresa teve um Ebitda de R\$ 710,5 milhões. A Usiminas conseguiu reverter números operacionais negativos dos dois últimos anos.

R\$ 6,9 BILHÕES

é a dívida da empresa

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Porto idealizado por Eike Batista tenta ganhar gás com mudança de perfil

Três anos após sua inauguração, o porto do Açu chegou à sexta posição entre os maiores terminais portuários privados do país e, agora, foca sua estratégia de crescimento na indústria do gás natural.

O projeto, idealizado por Eike Batista (hoje em prisão domiciliar), é agora controlado pela americana EIG, mas ainda enfrenta passivos dos tempos que integrava o Grupo X.

Segundo dados da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), o porto no norte do Estado do Rio movimentou no primeiro semestre 8,6 milhões de toneladas de minério, alta de 31% em relação ao ano anterior.

O movimento é ainda limitado pela capacidade de produção da mina da Anglo American, sua principal cliente nesse segmento, em Minas.

Quando estiver a plena capacidade, poderá movimentar até 26,5 milhões de toneladas por ano -o que o colocaria hoje na quarta posição entre os terminais privados.

Idealizado para aproveitar o terminal de minério para atrair indústrias metalúrgicas, o empreendimento passa por uma "mudança de perfil", nas palavras do presidente da Prumo Logística, proprietária do porto, José Magela.

Na segunda (14), anunciou parceria com a alemã Siemens para investimento em uma usina térmica de 1,3 GW (gigawatts), parte de um complexo que inclui um terminal de importação de gás negociado com a britânica BP.

O projeto tem como âncora contratos de venda de energia assinados em 2013 pela gaúcha Bolognesi, que previa a construção do complexo em Pernambuco, mas não conseguiu nem iniciar o investimento. "Aqui já temos o cais, já temos a linha de transmissão [de energia], a localização privilegiada, perto do centro de consumo e parceiros", diz Magela.

Ele não fala em números, mas diz que precisa iniciar a obra até o começo do ano que vem para cumprir os contratos de venda de energia, vigentes a partir de 2021.

Segundo o executivo, o investimento seria o primeiro passo para a criação de um "hub de gás" no porto, modelo que prevê a conexão com campos produtores do combustível e com a malha de gasodutos do Sudeste, que passa a 40 km de distância.

A ideia é usar parte do gás para movimentar um parque térmico de até 6,4 GW e injetar os excedentes do combustível na rede, para distribuição a outros clientes.

No longo prazo, a companhia espera que a disponibilidade de gás natural atraia outros segmentos que usam o insumo, como petroquímica e fertilizantes.

FIASCO

Quando ainda comandava o projeto, Eike prometia a instalação de siderúrgicas, do estaleiro de sua controlada OSX e até de uma montadora de carros elétricos, projetos que nunca saíram do papel.

O estaleiro, pelo contrário, é hoje ainda fonte de problemas para os novos controladores -Eike só tem 0,19% da empresa atualmente.

No segundo trimestre, a Prumo contabiliza R\$ 659 milhões em financiamentos concedidos à empresa, que está em recuperação judicial, além de R\$ 67 milhões pelo pagamento de dívidas da ex-coligada com fornecedores.

A empresa enfrenta ainda ações na Justiça a respeito da polêmica desapropriação de terras para a construção do complexo, que tem uma área de 90 quilômetros quadrados.

O processo de desapropriação, que culminou com a retirada de 60 famílias da área, é um dos alvos de investigação da Operação Lava Jato, que acusa Eike de ter pago propina ao ex-governador do Rio Sérgio Cabral Filho.

AUDITORIAS

O presidente da Prumo, José Magela, diz que não ver risco de contaminação da empresa pelas denúncias de corrupção contra Eike Batista.

"Fizemos diversas auditorias e, até o presente momento, não tem absolutamente nenhum tipo de indício de que a empresa tenha feito algo errado", afirma. "Não perco um minuto de sono com isso."

Eike controlava a LLX, nome da proprietária do porto do Açu até a falência de seu império econômico. Hoje, cumprindo prisão domiciliar, tem uma fatia de apenas 0,19% da companhia.

Após sua saída, a americana EIG foi tomando controle da empresa, que passou a se chamar Prumo, com várias operações de aumento de capital, nas quais injetou recursos necessários para tocar as obras no porto.

Na operação mais recente, em outubro de 2016, colocou R\$ 657 milhões, aumentando sua participação no negócio para 76%.

Atualmente, a controladora tenta fechar o capital da companhia, comprando os 20% de ações que estão em mãos de terceiros -com novas compras no mercado em 2017, a EIG aumentou sua fatia para 80,2%.

O porto do Açu já consumiu mais R\$ 12 bilhões em investimentos e ainda precisará de mais recursos, admite Magela.

A estratégia é tentar atrair o maior volume possível de capital de parceiros.

O modelo de parcerias já vem sendo adotado em negócios hoje em operação, como o terminal de abastecimento de navios, com a britânica BP, e o canteiro para reparo de embarcações, com a GranEnergia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Falta de linhas vai limitar geração de Belo Monte

Em setembro, capacidade de geração da usina hidrelétrica vai ultrapassar o volume suportado pelas linhas de transmissão atuais

O atraso crônico das obras de linhas de transmissão de energia vai começar a afetar a operação da maior hidrelétrica brasileira. A partir de setembro, a usina de Belo Monte, em construção no Pará, ficará tecnicamente impedida de entregar todo o volume de energia que suas turbinas já são capazes de produzir, por causa de linhas de transmissão de energia que deveriam estar prontas, mas que até hoje só existem no papel.

A restrição técnica, conforme apurou o Estado, foi oficialmente comunicada pela concessionária Norte Energia, dona de Belo Monte, ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com seis turbinas da casa de força principal já em operação, além de seis máquinas de menor porte da casa de força complementar, a usina atingiu potência de 3.899 megawatts (MW) – o limite que a rede atual de transmissão consegue suportar. Acima disso, essa malha, que foi improvisada para distribuir a energia da usina, não aguentaria. Ocorre que, entre setembro e dezembro, mais duas máquinas de 611 MW cada entrarão em operação, energia adicional suficiente para atender mais de 2,1 milhões de pessoas. Sem linha, essas turbinas terão de ficar desligadas.

O governo alega que, com o período seco na região e a baixa vazão do Rio Xingu nesta época, o acionamento de Belo Monte já seria reduzido, independentemente das máquinas à disposição. Em novembro, porém, com o início do período chuvoso, seria hora de operar a plena carga, o que agora está em xeque.

Não bastasse o prejuízo operacional que a falta de transmissão pode produzir – a geração hidrelétrica reduziria a dependência do uso de usinas térmicas, mais caras e poluentes –, há a possibilidade de que o consumidor brasileiro tenha de pagar por uma geração que não usou, já que Belo Monte tem direito a ser remunerada, porque não tem nada a ver com o atraso das linhas de transmissão.

O plano de distribuição de energia de Belo Monte se apoia na construção de três novas linhas. A primeira, conhecida como “linhão pré-Belo Monte”, teve seu contrato assinado com a espanhola Abengoa em fevereiro de 2013.

Previra-se que essa rede de 1.854 km de extensão ficasse pronta em fevereiro de 2016. Seria a malha de estreia da hidrelétrica, afinada com o cronograma das 18 máquinas de 611 MW da usina. Essa rede levaria a carga inicial de Belo Monte para o Nordeste; outras duas linhas de 2,1 mil km cada, que seguem para o Sudeste, entrariam em operação em março de 2018 e dezembro de 2019.

O projeto da Abengoa, no entanto, naufragou com a crise financeira da empresa. Nada foi feito. Desde o ano passado, o governo tem improvisado a entrega da energia de Belo Monte com redes locais de transmissão que chegam ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Ao Estado, o diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, disse que o governo está empenhado em adiantar o cronograma da linha que segue até São Paulo.

O plano é apertar o passo nas obras da concessionária Belo Monte Transmissora de Energia, para tentar ligar a linha liderada pela chinesa State Grid em dezembro. “Acreditamos que seja viável essa antecipação.

Assim, teríamos o aproveitamento de todas as máquinas de Belo Monte sem problemas, já no período chuvoso”.

A estratégia foi confirmada pelo MME. “Em função do período seco, até o mês de dezembro, somente haverá disponibilidade hídrica para geração em até seis unidades geradoras”, declarou o ministério.

“Com a antecipação do sistema de transmissão e com a previsão das aflúências à Hidrelétrica de Belo Monte, não se vislumbra, até dezembro de 2017, restrição de escoamento da geração disponível na usina, mesmo com a entrada em operação de unidade geradoras adicionais”.

Por nota, a Norte Energia declarou que, “de acordo com a legislação que rege o setor, qualquer unidade geradora conectada ao SIN assegura receita ao empreendedor, independentemente de questões referentes à transmissão da energia”. Os problemas só não são maiores porque a hidrelétrica atrasou seu cronograma.

Belo Monte deveria estar com nove turbinas de grande porte em operação, em vez de seis. A conclusão da hidrelétrica, prevista para janeiro de 2019, foi reprogramada para janeiro de 2020.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Distribuidoras melhoram desempenho

Com o consumo em baixa, resultado foi influenciado pela redução das perdas e da inadimplência

Grande parte das distribuidoras de energia conseguiram melhorar seu desempenho operacional no segundo trimestre com a redução das perdas e melhora dos indicadores de inadimplência, ainda que a retomada do crescimento do consumo não tenha acontecido. E o cenário apontado por executivos é de otimismo para os próximos trimestres, com expectativa de melhoria no consumo.

O presidente da EDP Energias do Brasil, Miguel Setas, indicou que a companhia – que tem duas distribuidoras, em São Paulo e no Espírito Santo –, trabalha com a perspectiva de consumo de energia estável até o fim do ano, depois de ter registrado, no segundo trimestre, queda de 0,9% no volume de energia distribuída. Entre abril e junho, o consumo de energia no País caiu 0,95% ante igual período do ano passado, para 114,9 mil gigawatts-hora (GWh), segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As distribuidoras tiveram números piores, pressionados pela migração de clientes para o mercado livre, em que o consumidor compra a energia diretamente do fornecedor. O mercado cativo, formado por consumidores atendidos pelas distribuidoras, caiu 10,8%, para 79,2 mil GWh.

Dados prévios de consumo no segundo semestre ainda não mostram com clareza a retomada de consumo, mas dão alguma indicação de melhora do mercado. Números da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicam que na primeira quinzena de agosto o consumo caiu 1%, mas, excluindo o impacto da migração para o

mercado livre, o consumo no ambiente de contratação regulada teria aumento de 0,3%. Resta saber se esse desempenho foi influenciado por alguma externalidade e se haverá fôlego para mantê-lo.

Os analistas do Goldman Sachs Bruno Pascon Victor Hugo Menezes e Gabriel Francisco esperam que a queda nos volumes comercializados seja “gradualmente revertida” no segundo trimestre, tendo em vista a expectativa de desaceleração da migração de consumidores para o mercado livre e a maior probabilidade de uma recuperação consistente da produção industrial.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Máfia dos combustíveis está de volta

A máfia dos postos de combustíveis está de volta e o preço da gasolina passa de R\$ 4 em muitos estabelecimentos do Distrito Federal. Enquanto o governo do DF culpa a formação de cartel pela disparada nos preços, e especialistas apontam o próprio GDF como responsável, ao menos em parte, pela situação, o brasiliense se irrita com o valor cobrado nas bombas. O sentimento de indignação suscitou protestos inusitados. Fotos e vídeos nas redes sociais mostram motoristas abastecendo apenas R\$ 0,50.

O secretário interino de Fazenda do DF, Wilson de Paula, diz que o governo de Rodrigo Rollemberg não tem nada a ver com a recente alta dos preços dos combustíveis. Segundo ele, o cartel dos postos voltou com tudo e está se aproveitando de uma ação corriqueira do governo para ampliar os lucros. “Os grandes perdedores são os consumidores”, afirma, ao Blog do Vicente.

Ela ressalta que, a cada 15 dias, o GDF faz a atualização dos preços dos combustíveis para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Mas o governo está sempre atrasado em relação aos postos. Assim que os preços de referência para a cobrança do tributo são corrigidos, os postos, imediatamente, elevam os valores nas bombas, e vira uma bola de neve.

No início de agosto, o GDF fixou o preço médio da gasolina comum em R\$ 3,47. Em seguida, os postos remarcararam os valores nas bombas para R\$ 3,70. Quarta-feira passada, o governo fixou o valor de referência em R\$ 3,81. Imediatamente, os postos corrigiram os preços nas bombas para mais de R\$ 4. “Isso é indecente. Não vamos tolerar esse movimento. O cartel dos postos voltou com tudo. Mas vamos combatê-lo”, assegura o secretário. Em nota, o GDF garante que “agirá para impedir a continuidade dessa ação nefasta do setor”.

Para os consumidores, no entanto, o que mais irrita é o preço absurdo que precisa desembolsar para encher o tanque. “Não deveríamos pagar a conta das manobras dos governos”, reclama a servidora pública Clarissa Actis, 33 anos, que pagou R\$ 227 para abastecer seu carro. Segundo a servidora, um mês atrás, pagava cerca de R\$ 188, um aumento de mais de 20%.

Indignação

Indignados, motoristas protestam abastecendo valores irrisórios. Nas postagens nas redes sociais, os manifestantes justificam que o valor pago não cobre o custo de tirar a bomba do tanque, nem a emissão da nota fiscal. O servidor público Alberto Mattos, 54, não vê efetividade no protesto. “É uma briga comprada com o dono do posto. Sabemos que o cartel de combustíveis existe no DF, mas o aumento dos preços tem a ver com o problema dos altos impostos no Brasil”, acredita. Alberto roda 40 quilômetros por dia e precisou pedir às duas filhas para que diminuíssem trajetos e utilizassem aplicativos de transporte. “Precisamos fazer pequenos ajustes no orçamento”, emenda.

MME / ASCOM